



PROCESSO DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Rielly Tenario Marinho Farias¹
Layana Silva Lima²
Kamilla Karinne de Oliveira Almeida³

Resumo

O presente texto trata sobre o surgimento da questão social na sociedade do capital e sua relação com o modo de produção capitalista. Para tal, esta pesquisa apresenta uma breve análise sobre a relação entre o capital e o desenvolvimento trabalho na sociedade capitalista para, posteriormente, identificar os fundamentos ontológicos da questão social a partir da perspectiva marxiana. A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: Capitalismo. Processo de Trabalho. Questão Social.

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista possui por ato fundante a relação de compra e venda da força de trabalho⁴, no qual o trabalhador oferta sua única mercadoria – força de trabalho - ao capitalista que a utiliza para valorizar o capital. Nesta relação, o trabalhador objetiva o processo de trabalho para satisfazer necessidades alheias as suas. Isso significa que o trabalho antes realizado, direcionado para satisfazer os valores de uso, sofre uma reconfiguração sob a regência do capital, e passa a ser conduzido pela produção de valores de troca, adquirindo um caráter abstrato (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nestes termos, a relação entre capital e trabalho é permeada por uma insuperável contradição, na qual o desenvolvimento das forças produtivas decorrente da potencialização do trabalho social gera uma demasiada pobreza, expressa sob a forma de pauperismo, sobre aqueles que não possuem nada além de si mesmo para vender no mercado, os trabalhadores. A referida pobreza se generaliza a nível alarmante ao ponto de fomentar a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida. Os desdobramentos dos movimentos trabalhistas demandaram a intervenção de forma sistematizada por parte do Estado⁵ Burguês passando assim a ser reconhecida como “questão social”⁶.

¹ drielly.marinho@hotmail.com – UFAL.

² layana_limasso@hotmail.com – UFAL.

³ kamillakarinne@hotmail.com – UFAL.

⁴ A força de trabalho nada mais é do que as energias físicas e espirituais dos homens, a sua vida, a sua humanidade, o seu próprio ser. Ao alienar estas suas energias e ao permitir (sem outra opção a não ser a morte) que sejam apropriadas privadamente e que, como trabalho acumulado (capital), se transformem numa força estranha, poderosa e hostil ao seu próprio desenvolvimento, o trabalhador – nesta sua relação com o capitalista – está dando origem a *um sistema que rouba ao homem o que ele tem de mais precioso, a sua liberdade* e, com ela, a possibilidade de realizar-se de muitas maneiras, de criar objetos adequados à satisfação das suas necessidades, de ter acesso aos produtos necessários a sua existência, de estabelecer relações sociais fraternas; enfim, de construir um mundo no qual o valor mais importante, não apenas no plano do discurso, mas no plano da efetividade real, seja a sua plena realização. (TONET, 2004, p. 61, grifos nossos).

⁵ Engels (2012, p.187) afirma que o Estado “[...] surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio de conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”.



Neste sentido, o texto que ora se apresenta aspira tecer algumas considerações sobre o processo histórico que desencadeou o reconhecimento do pauperismo como “questão social”, tendo por fio condutor a teoria social crítica marxista que possibilita analisar o movimento histórico e social sobre uma perspectiva de totalidade.

2 A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

O trabalho é o processo pelo qual o homem se defronta com a natureza⁷, a fim de transformá-la para responder uma determinada necessidade. Neste sentido, Marx expressa que o trabalho se constitui em um,

[...] processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985a, p.149).

À medida que o homem transforma a natureza o mesmo também se transforma, pois ao realizar o trabalho, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades. O homem, através do trabalho, incorpora em seu desenvolvimento peculiaridades completamente distintas e inéditas da escala biológica. Com isso emerge na natureza um novo tipo de ser, dotado de uma complexidade nova e exponencialmente maior do que já existente no âmbito natural, o ser social. Esse novo ser não se relaciona com seus semelhantes segundo determinações geneticamente naturais, mas sim por relações puramente sociais. Desse modo, Lessa expressa que,

[...] No mesmo compasso, salientamos que a sociedade se identifica com a natureza e não pode ser explicado por ela. Ou seja: estamos argumentando que a sociedade constitui um tipo de ser específico, uma esfera ontológica peculiar, radicalmente distinta do ser natural, a que cabe a designação de ser social [...] (LESSA, 2011, p. 139).

Até o presente momento, nos referimos ao processo de trabalho em sua forma universal. Mas o processo de trabalho resulta em consequências que não se limitam a sua finalidade imediata, ou seja, a transformação da natureza para atender uma necessidade concreta. Acerca dessa afirmação, Lessa (1999, p.6) argumenta “[...] Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa”.

⁶ Entende-se, a “questão social” “como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao curso da constituição da sociedade capitalista” (NETTO, 2011, p.17). Assim, a “questão social” passa a ser responsabilidade do Estado burguês que tem como objetivo preservar e manter vivo o trabalhador e sua família, de forma mínima, que são ameaçados pela intensa exploração do sistema capitalista. Logo, esta intervenção é de forma fragmentada e minimalista sob a “questão social” que tem como objetivo ao mesmo tempo ocultar a essência da luta de classes, pois o fenômeno é recortado como problemas particulares, como por exemplo, o desemprego, fome, desigualdade social e são enfrentados de forma focalista.

⁷ A natureza é composta por inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (minerais e plantas) (LESSA, 2006).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Diante disso, o trabalho a partir da revolução neolítica, na qual o homem desenvolveu a prática da agricultura e depois a prática da pecuária, foram constituídas as condições necessárias para o surgimento do excedente⁸. A partir do excedente a necessidade de todos da comunidade de exercer o trabalho foi radicalmente modificada. De acordo com Lessa (ibidem, p.5) “[...] O trabalho, agora, não será realizado por todos os membros da sociedade, mas terá uma classe⁹ social (a primeira dela foi a dos senhores de escravos) que explorará o trabalho da classe trabalhadora (a primeira delas foi a dos escravos)”.

No que se refere a regência do capital no processo de trabalho, é possível destacar que o trabalho permaneceu subordinado por interesses alheios às necessidades dos produtores diretos e permeado pela relação de opressão e exploração. Contudo, é relevante deixarmos claro que, mesmo o capitalismo conservando o caráter de exploração oriundo da privatização da produção social, o trabalho exercido por sua condução passou por novas configurações. Isso é resultante do fato que na sociedade capitalista não era pertinente para seu desenvolvimento à conservação de escravos ou servos, se fazia necessário à presença de homens livres como pássaros dispostos a negociar sua única mercadoria, força de trabalho, no mercado.

As novas relações econômicas, políticas e sociais inerentes à ordem do capital tiveram como ponto de partida a acumulação primitiva do capital, tão bem delineada no capítulo XXIV de *O Capital*, no qual Marx (1984b, p. 261) explicita que “[...] precede à acumulação, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”. Neste processo de acumulação primitiva camponeses foram repelidos dos campos e apartados de forma violenta dos meios de produção, terras comunais e os bens da Igreja foram privatizados, leis sanguinárias puniram com fogo e sangue aqueles que não se ajustaram as relações postas pelo capital. Analisando os caminhos percorridos pela elucidada acumulação o autor destaca “[...] os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (ibidem, p.262).

Liberados dos campos, os camponeses passaram a ser trabalhadores assalariados incorporados ao processo produtivo capitalista no interior das manufaturas. O trabalho exercido nas manufaturas se baseia na divisão do trabalho revolucionada pelo capital a partir das modificações que ele regeu para a cooperação entre os trabalhadores. De acordo com Marx (1885a), a cooperação entre os trabalhadores para a produção de artefatos, consiste na “[...] forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, [...]” (MARX, 1985a, p.259). Com o desenvolvimento da divisão do trabalho manufatureira, a cooperação entre trabalhadores se processou de forma progressiva. “[...] ela se transforma em divisão da produção de carruagens em diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva do trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais” (MARX, 1985a, p. 267).

Em linhas gerais, Marx identificou que sob o comando do capital, na manufatura, o trabalhador passou a ser expropriado do conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo, sendo assim, reduzido a um mero executor de uma cristalizada função ou de uma

⁸ O excedente era mais do que os indivíduos necessitavam, o que não permite afirmar que a carência acabou, apenas diminuiu, uma vez que com a divisão da sociedade em classes sociais (sendo os escravos e os senhores de escravos as classes fundamentais), a riqueza não supria as necessidades de todos, pois tornou-se propriedade privada da classe dominante, que se beneficia da carência que obriga ao trabalho a classe dominada.

⁹ Segundo Lessa (2011, p.178) “As classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pela respectiva inserção na estrutura produtiva”.



determinada parte que compõe o produto final. Assim, dar-se o prólogo da subordinação do processo de trabalho aos moldes do capital, em que por meio da subsunção formal o trabalho é parcialmente subordinado ao capital, sendo o trabalhador, ainda que tendo seu conhecimento mutilado, “[...] é portador do domínio técnico e subjetivo sobre o trabalho” (SOUZA, 2011, p. 38).

Isto posto, é pertinente elucidarmos o desenvolvimento do controle do capital para além da produção. Tal controle não se circunscreve somente ao período histórico manufatureiro, visto que perpassa todo desenvolvimento do modo de produção capitalista, adentrando de forma feroz todo o processo produtivo, bem como à subjetividade do trabalhador, objetivando métodos de extração máxima de mais-valia. No curso desse processo de desenvolvimento das forças produtivas e florescimento e consolidação da ordem burguesa, o trabalhador sofria intensa exploração, sendo ofertado apenas o mínimo necessário para não sucumbir de fome e continuar a valorizar o capital por meio da extração de sua mais-valia.

Contudo, com o desenvolvimento da maquinaria o capital consegue suplantando as barreiras físicas que impediam o amplo desenvolvimento das forças produtivas, fato que possibilitou explorar ao máximo a força de trabalho. Desse modo, nas palavras de Marx (1984b, p.7) a maquinaria se constitui “[...] meio de produção de mais-valia”. O advento desta possibilitou que os limites da força física do homem não constrangessem a produção, relegando o trabalhador a um mero apêndice.

Com isso o trabalhador foi submetido a uma exploração latente, na qual além do homem o capital passou a explorar a família operária como um todo – homem, mulher e crianças. Assim, a maquinaria se tornou o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho possibilitando uma produção abundante. Todavia, no âmbito industrial foram forjados os meios de prolongamento da jornada de trabalho que transcendem os limites humanos. O processo produtivo capitalista foi potencializado por meio da mediação da maquinaria, forças que antes eram dispensadas pelo capital — ~~mulheres e crianças~~ passaram a compor a massa de mais-trabalho apropriada pelo capital. Fato que viabilizou o deslocamento de trabalhadores – sobretudo homens – pela máquina, resultando em uma vasta população operária excedente. Os trabalhadores foram submetidos a condições de trabalho, e, por conseguinte de via tão degradantes que se organizaram politicamente e deram curso aos movimentos operários que despertaram o receio no Estado burguês em utilizar somente práticas coercitivas para lidar com a efervescência operária. Nesta direção, o próximo item se propõe tecer alguns apontamentos sobre a importância da referida organização política por parte dos trabalhadores, almejando demonstrar os determinantes políticos, econômicos e sociais da assim chamada “questão social”.

3 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA QUESTÃO SOCIAL

O termo “questão social” teve seu surgimento para expressar a condição de pobreza da classe trabalhadora. Ele está intrinsecamente vinculado ao processo de maturidade do modo de produção capitalista expresso no contexto da grande indústria. Partindo dessa premissa, para desvelarmos os fundamentos ontológicos da “questão social” devemos ter como ponto de partida esse momento histórico, que foi permeado por lutas trabalhistas que demandaram do Estado Burguês uma intervenção sistematizada da pobreza resultante do desenvolvimento contraditório do sistema capitalista.

Analisando as condições de vida nas quais os trabalhadores estavam submetidos, Engels, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (2010)*, identifica que os operários não tinham acesso à alimentação de qualidade. Inclusive, várias pessoas morriam de fome ou indiretamente pela ausência de alimentos, habitação digna entre outras necessidades básicas humanas não satisfeitas.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Tais condições aliadas a jornadas exaustivas de trabalho submetiam os trabalhadores a uma morte prematura, e constantes acidente de trabalho. Mas esse fato não incomodava a classe burguesa, pois estava a sua disposição um exército de trabalhadores inativos prontos para ingressar nas grandes indústrias. Assim, tantos os trabalhadores ativos quanto os alijados do processo produtivo estavam à mercê dos imperativos do capital.

A realidade de miséria da classe trabalhadora chegou a um nível tão latente que fez com que os trabalhadores se organizassem politicamente para reivindicar por direitos. Respalado em Marx, Netto ressalta que a partir de 1848 a situação de desorganização política dos operários tomou novos delineamentos. O autor alude que esse ano pode ser entendido como um divisor de águas que encerra o ciclo progressista burguês (NETTO, 2011).

Santos (2012), analisando os acontecimentos do referido ano afirma que, este permite o reconhecimento como “questão social”, porque: “[...] expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada” (ibidem, p.42).

Neste sentido, Netto (2011) alude que os movimentos de 1848 trouxeram à luz o caráter antagonico das classes fundamentais. Desse modo, nesse ano, em nível histórico e universal, o proletariado encontra a condição de classe em si e classe para si, ascendendo no processo de lutas.

Contudo, o autor afirma que a consciência política não era o suficiente para os trabalhadores entenderem as raízes dos males sociais, que os privam da satisfação de suas necessidades. Somente com os estudos realizados por Marx sobre a sociedade burguesa foi possível à classe trabalhadora adquirir os fundamentos teóricos e metodológicos capazes de desvelar a gênese e desenvolvimento da “questão social”. Pois ao entender a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, Marx expressou a anatomia da “questão social”, mostrando suas manifestações em todos os estágios do capitalismo.

Pimentel (2012), analisando as bases ontológicas da questão social, identifica na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* os determinantes sociais, econômicos e políticos que fizeram emergir a “questão social” no cenário burguês. Para a autora, tais determinantes estão vinculados intimamente ao desenvolvimento das forças produtivas, com franca expansão no período da industrialização e ampliação dos mercados.

Com o surgimento da industrialização, o capitalismo cria uma classe operária urbana com suas necessidades não atendidas. O ingresso da máquina no processo produtivo permitiu o desenvolvimento da produtividade do trabalho social possibilitando uma maior acumulação de capital. Entretanto, potencializar a produtividade do trabalho gestou as condições para uma maior exploração do trabalho à medida que o homem não é mais o responsável pelo ritmo e intensidade da produção, se tornando um mero apêndice da máquina.

Além da perda do controle sobre sua própria produção, com o advento da máquina, boa parte dos operários foram alijados da produção, pois o ingresso da maquinaria permitiu ao capitalista dispensar força de trabalho. Esse fato desencadeou grande ampliação do desemprego, e, por conseguinte o aumento do pauperismo da classe trabalhadora. É importante pontuarmos que, neste momento, a pauperização emergente mostra a sociedade uma pobreza diferente, na qual a carência não é resultado da escassez, mas de uma vasta abundância da riqueza social direcionada a valorização do capital.

O desemprego gerado pela contração dos postos de trabalho nas indústrias é funcional aos imperativos do capital à medida que a massa de trabalhadores excluída do processo produtivo contribui para a exploração dos trabalhadores ativos. Neste sentido, o



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

assim denominado exército industrial e reserva¹⁰, é fundamental a acumulação do capital. A respeito da importância do referido exército para o capital, Pimentel ressalta:

Portanto, a produção capitalista, não é suficiente de maneira nenhuma o “quantum de força de trabalho disponível” produzido pelo “crescimento natural da população”. Para que ele tenha liberdade de ação, necessita, independentemente dessa barreira natural, de um exército industrial de reserva (PIMENTEL, 2012, p.34).

Ao se debruçar sobre a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, a autora demonstra de forma crítica os fundamentos ontológicos da questão social e identifica as bases que fazem emergir o pauperismo oficial. Para Pimentel (2012), a análise da “questão social” deve englobar as três dimensões que a compõe: a base material – expressa na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, a dimensão política – advinda da organização política por parte dos trabalhadores – e a intervenção do Estado burguês.

Em linhas gerais, a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* consiste no fato de que quanto mais o exército industrial de reserva cresce em relação ao exército ativo de trabalhadores, mais se materializa a superpopulação relativa¹¹. Quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial (ibidem, p.45).

Diante da breve explanação sobre os fundamentos ontológicos da “questão social”, os quais possibilita seu entendimento a partir do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, temos os elementos essenciais para identificar a institucionalização do Serviço Social a partir do reconhecimento da referida questão pelo Estado burguês, do qual exigiu formas de assistência sistematizada para sua mediação.

4 CONCLUSÃO

Ao longo dessa breve explanação sobre o processo de trabalho na sociedade capitalista e o surgimento da “questão social” identificamos que seus determinantes econômicos, políticos e sociais estão intrinsecamente vinculados à contradição inerente ao modo de produção capitalista. Por tal motivo, para entendermos as condições que gestaram o pauperismo, e, por conseguinte seu desenvolvimento em “questão social” ocorre a partir do modo como o trabalho se realiza no interior da referida sociedade.

O sistema capitalista possui por fundamento o ato de compra e venda da força de trabalho, que privatiza a riqueza social produzida pelos produtores diretos, e os deixam apenas com o mínimo necessário para a sua sobrevivência. A relação entre capital e trabalho se ancora em uma insuperável contradição, na qual à medida que se desenvolve as potencialidades das forças produtivas emerge um pólo de vasta miséria entre a classe trabalhadora.

Com o surgimento e florescimento da industrialização a pobreza repercutiu a nível alarmante, ao ponto de fomentar nos trabalhadores a organização política que desencadeou importantes movimentos trabalhistas. Tais movimentos requisitaram do Estado burguês intervenção na pobreza de forma sistematizada, fazendo com que o pauperismo passasse a ser apreendido como “questão social”. É importante ressaltar que a intervenção do Estado não pode sanar a “questão social”, pois se assim fizesse tinha que eliminar a si próprio, bem como o modo de produção que se alicerça. Assim, comungamos com Marx, que as desigualdades sociais só serão eliminadas com a extinção das classes sociais, da

¹⁰ Parcela da força de trabalho lançada ao desemprego com o desenvolvimento das forças produtivas.

¹¹ Com o processo de pauperização relativa, o trabalhador se torna mais pobre em relação à riqueza acumulada pelo capital.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

privatização da riqueza socialmente produzida e das forças alheias os homem que conduzem seu trabalho a satisfação de necessidades não humanas.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Frederich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital, V.I. Tomo I. Coleção Os Economistas**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo – SP, Abril Cultural, 1985a.

_____. **O Capital, V.I. Coleção Tomo II. Os Economistas**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo – SP, Abril Cultural, 1984b.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª. ed. São Paulo - SP, Cortez. 2011.

_____. **O processo de produção/reprodução social: Trabalho e Sociabilidade**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, p. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012. 2 ed. rev.

SANTOS, Joseane Soares. **“Questão Social”**: Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 6).

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle capitalista e reestruturação produtiva: O programa brasileiro da qualidade e produtividade**. Maceió, Edufal, 2011.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2004.